

# Subordinação discursiva no português: a função interacional transição

(Discourse subordination in Portuguese: the interactional function transition)

Joceli Catarina Stassi Sé<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – *Campus* de Três Lagoas (CPTL)

jocelistassise@hotmail.com

**Abstract:** This article investigates, under the scope of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), constructions introduced by *porque* (because), which do not exhibit morphosyntactic or semantic dependency in relation to any immediately anterior or posterior main clause. The research aims at determining, in the varieties that assume Portuguese as their official language, pragmatic, semantic, morphosyntactic and phonological properties of these constructions and specifying their discourse function. The results permit to observe that these structures, determined in the interpersonal level of the theory, are movements that contribute to the continuation of the discourse in order to indicate content transition and establish discourse subordination relations.

**Keywords:** Adverbial subordination; Discourse subordination; Interactional function; Functional Discourse Grammar.

**Resumo:** Este artigo investiga, sob o escopo da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), construções introduzidas por *porque* que não exibem dependência morfossintática nem semântica em relação a uma oração principal imediatamente anterior ou posterior. Busca-se determinar, nas variedades lusófonas que têm o português como língua oficial, as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas dessas construções, bem como especificar seu funcionamento no discurso. Os resultados permitem constatar que essas estruturas, determinadas no nível interpessoal da teoria, são movimentos que contribuem para o avanço da interação com a função de indicar transição de assunto, estabelecendo relações de subordinação discursiva.

**Palavras-chave:** Subordinação adverbial; Subordinação discursiva; Função interacional; Gramática Discursivo-Funcional.

## Introdução

Nesta pesquisa, norteadada pelo modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), procura-se aprofundar as discussões acerca da adverbialidade e da (in)dependência entre orações.

Muitos são os pesquisadores que argumentam em favor das noções de “parataxe”, de “hipotaxe,” e de “encaixamento”, em detrimento da dicotomia “coordenação *versus* subordinação”, para explicar as relações de maior ou menor grau de integração ou dependência formal e semântica entre orações.

No entanto, embora reconheça o valor dessas pesquisas no tratamento da adverbialidade, este estudo apresenta uma nova proposta para a determinação das construções adverbiais sem núcleo realizado: leva em conta a dependência pragmática entre essas construções e porções textuais maiores para investigar a função interacional por elas

exercida em contextos de interação de língua falada, propondo a categorização dessas funções em diferentes níveis de análise linguística.

Pesquisas de diferentes correntes teóricas funcionalistas, como as de Decat (1999) e Garcia (2010), que descreveram esse fenômeno na língua portuguesa, já agregaram ao ponto de vista tradicional outras propriedades concernentes a essas construções, que não apenas as semânticas e as sintáticas, somando evidências de que é necessário extrapolar os limites da oração para caracterizar esse tipo de estrutura. Exige-se uma preocupação em examinar o contexto situacional em que os enunciados são produzidos, caso contrário a compreensão de seu funcionamento e de sua contribuição na organização do discurso não consegue ser explicada.

Decat (1999) define esses tipos de estrutura como orações “desgarradas”, que representam opções organizacionais para o falante, e que, apesar de apresentarem a forma de estrutura subordinada, não dependem de nenhuma oração anterior ou posterior a elas, sendo destacadas prosodicamente por pausas, por marcadores discursivos ou por ambos.

Garcia (2010) sustenta que construções concessivas que assumem certa independência morfosintática são movimentos, com a propriedade de contribuir para a continuidade do discurso, não representando casos de subordinação adverbial.

Partindo desses estudos, à luz da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), busca-se explicar e categorizar o uso das estruturas iniciadas por *porque* que não integram orações principais e que não configuram casos de coordenação, com base nas diferentes camadas e níveis de análise propostos pela teoria, apresentando uma proposta com orientação discursiva para o tratamento dessas construções.

## A noção de (in)dependência entre orações

Há, atualmente, trabalhos que tratam das orações adverbiais independentes, mas não especificamente do tipo proposto pelo presente estudo e sob o enfoque teórico aqui oferecido. Construções com tais configurações parecem evidenciar funções discursivas que trazem à tona o papel do falante, interferindo na organização do discurso por meio do uso de sinalizadores formais, que constituem as próprias construções aqui investigadas. O exemplo (1) demonstra esse funcionamento:

(01) – quanto é que calcula que vale a sua coleção?

→ bem, não sei dizer, é muito difícil. eh, nã[...], não há, neste momento não há em jo[...], não está em jogo o aspecto... monetário

– sim.

→ mas sim o da cultura. **porque agora já sei... muitas coisas sobre borboletas**, que fui obrigado a col[...], comprar livros

– ham, ham. (CV95:Colecionismo)

A construção iniciada por *porque* apresenta propriedades interpessoais específicas, não representando caso de coordenação nem de subordinação adverbial, nos moldes destacados por estudos tradicionais e de língua em uso que levam em conta a conjunção

*porque*, sendo necessário, para sua descrição, ampliar o olhar para porções textuais mais amplas de modo a compreender seu uso, proposta aqui empregada.

Gramáticos como Góis (1955) e Garcia (1982) chegaram a discutir esse fenômeno. Entretanto, Góis (1955), diferentemente de Garcia (1982), registra esse tipo de ocorrência como uma “anomalia gramatical”, admitida por professores por estabelecerem relação com o período antecedente, considerando-a como mera continuação.

Garcia (1982) reconhece esse tipo de estrutura como “caso de conflito entre a rigidez gramatical e a excelência estilística”, denominando-a de “frase fragmentária”. O autor se utiliza do exemplo (2) para explicar o funcionamento de tais estruturas:

- (02) Viver podia ser tão bom. *Ou bom não digo total*, mas podia ser sofrível. *Cada dia que amanhece. Cada noite com as suas estrelas. E os matos e os bichos e suas flores... E gente dos morros, igualmente com seus passarinhos. Porque tem muita gente de morro* que, embora na cidade, leva a sua existência natural, como índios. *Morando naqueles ninhos empoleirados nas pedras, cozinhando em trempe, apanhando água onde encontra, sem conhecer veículo que chegue lá em cima, nem luz elétrica...* (Raquel de QUEIROZ, *O Cruzeiro*, 28/3/64 apud GARCIA, 1982, p. 117-118)

Nesse exemplo, considera-se que grande parte do trecho é constituída por fragmentos de frase, em razão disso, o autor denomina esse tipo de construção “frase fragmentária” e ao comentar o período iniciado por *porque* aponta:

[...] a gramática “mandaria procurar” a oração principal desse período. Mas o trecho é, quanto a esse aspecto, inalisável segundo os cânones gramaticais; não obstante, constitui forma de expressão legítima no português moderno. (GARCIA, 1982, p. 118)

Decat (1999) discorre sobre a dificuldade de se explicarem casos como os das chamadas “falsas coordenações”, ou das orações subordinadas sem a matriz, e aponta quão complicado é identificar o estatuto das orações quanto à noção de dependência. Por força disso, a autora defende a necessidade, já apontada por Thompson (1984), Haiman e Thompson (1984), de se abandonar o termo subordinação para substituí-lo por parâmetros que descrevam a relação entre as orações no nível do discurso.

Nesse prisma, Decat (1999) considera necessária a distinção entre: 1) Orações dependentes que se relacionam com os fatos da gramática da língua, ou seja, aquelas cuja dependência é determinada pela escolha do item lexical, que desempenham um papel gramatical em constituição com um item lexical; 2) Orações dependentes que representam opções organizacionais para o falante.

Segundo a autora, no primeiro tipo encontram-se as completivas e as adjetivas restritivas; enquanto no segundo englobam-se as adverbiais, desde que não sejam argumento do verbo, e as apositivas. É justamente nesse segundo tipo que se identificam, segundo Thompson (1984 apud DECAT, 1999), as cláusulas independentes, denominadas por Decat de *desgarradas*.

Garcia (2010), respaldando-se em Barth (2000), Crevels (2000), Decat (1999) e Jubran (2006), também fornece apontamentos sobre as propriedades das orações independentes,

todavia, utilizando-se do aparato teórico da GDF, o que agrega importantes contribuições para a descrição desse tipo oracional.

A autora defende a existência de concessivas que ocorrem de forma independente, constituindo movimentos, desempenhando a função de preservar a face ou introduzir informações novas, contrárias ao que era dito no discurso.

Garcia (2010) sustenta que as concessivas independentes, ao interromperem o fio discursivo em um dado contexto, promovem a inserção de enunciados que acrescentam informações adicionais ao que era dito, em vez de restringir seu conteúdo (BARTH, 2000). Isso implica que não sejam consideradas casos de subordinação morfossintática e, com isso, que estejam no rol de orações adverbiais que representam movimentos, perspectiva com a qual compactua esse artigo.

Assim, parte-se do pressuposto de que as ocorrências iniciadas por *porque* que representam uma opção do falante e que não estabelecem relação de subordinação adverbial junto uma oração principal, sejam, também, movimentos.

## **A GDF e os conceitos de coordenação e subordinação**

A escolha do modelo da GDF como norte teórico para a execução dessa pesquisa de base qualitativa se dá, entre outras razões, em função desse modelo considerar a língua em situações reais de comunicação, optar por uma unidade de análise que extrapola o limite da oração e permitir a análise de fenômenos que envolvem interações entre diferentes níveis de representação, a saber: i) Nível Interpessoal (NI), que trata dos aspectos formais da unidade linguística que refletem seu papel na interação entre falante e ouvinte; ii) Nível Representacional (NR), que trata dos aspectos semânticos das unidades linguísticas; iii) Nível Morfossintático (NM), que concerne todas as propriedades lineares da unidade linguística, tanto com respeito à estrutura de sentenças, orações e sintagmas, quanto com respeito à estrutura interna de palavras complexas; e iv) Nível Fonológico (NF), que abrange a fonologia prosódica, em que cada constituinte da hierarquia prosódica faz uso de diferentes tipos de informação fonológica e não fonológica.

Entre as unidades centrais contidas no NI encontramos: i) Movimento, a maior unidade de interação pertinente para a análise gramatical, indica o meio de expressão da intenção do falante como uma contribuição autônoma para uma interação contínua, visando alcançar uma meta conversacional; ii) Ato discursivo, a menor unidade identificável do comportamento comunicativo, que envolve uma ilocução, o falante, o ouvinte e um conteúdo comunicado; iii) Conteúdo comunicado, contém a totalidade do que o falante deseja evocar na sua comunicação com o ouvinte, podendo ser completamente novo para o ouvinte, ou uma combinação de informação nova e dada.

No NR encontram-se as seguintes unidades: i) Conteúdo proposicional é um constructo mental, que não existe no espaço ou no tempo e pode ser avaliado em termos de sua verdade e qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência); ii) Episódio corresponde a um ou mais estados de coisas que são tematicamente coerentes, no sentido de apresentarem unidade ou continuidade de tempo, locação e indivíduos; iii) Estado de coisas são entidades que podem ser localizadas em um tempo

relativo e podem ser avaliadas em termos de seu estatuto de realidade, podendo (não) ocorrer, (não) acontecer em algum ponto ou intervalo no tempo, sendo determináveis pela característica temporal de indivíduos, por um lado, e de conteúdos proposicionais, por outro; iv) Conceito situacional constitui o inventário dos *frames* de predicação relevantes para uma língua e desempenha um papel crucial nas construções das representações semânticas.

O NM comporta: i) Expressão linguística, que consiste em pelo menos uma unidade que pode ser usada independentemente; ii) Oração, um conjunto de um ou mais sintagmas caracterizados em maior ou menor extensão por um *padrão* de ordenação e, também em maior ou menor extensão, por expressões morfológicas de correctividade, principalmente referentes à regência e concordância; iii) Sintagma, uma configuração sequenciada de palavras, outros sintagmas e orações encaixadas, e é caracterizado por ser nucleado por um item lexical trazido do NI ou do NR.

No NF, em que a expressão linguística é analisada em termos de unidades fonológicas, encontram-se as seguintes camadas: i) Enunciado; ii) Sintagma entonacional; iii) Sintagma fonológico; iv) Palavra fonológica; v) Pé; e vi) Sílabas.

A GDF postula, ao referir-se à estruturação do NM, que uma expressão linguística é qualquer conjunto de, pelo menos, uma unidade que pode ser utilizado independentemente (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 308). Nos casos em que haja mais de uma unidade, essas se associam morfossintaticamente, mas uma não é parte da outra.

As unidades que se combinam dentro da expressão linguística são orações e sintagmas, que podem ocorrer em combinação umas com as outras ou entre si.

Quando há dependência mutua entre as unidades, há o que se denomina *equiordenação*; quando uma das unidades pode ocorrer independentemente, mas a outra não pode, acontece *cosubordinação*; quando ambas as unidades podem ocorrer sozinhas, mas a combinação de ambas forma uma única unidade, ocorre *coordenação*.

Além das relações acima estabelecidas, orações podem ocorrer como constituintes de outras orações dentro da expressão linguística, ou seja, como orações adverbiais, complemento ou predicativas, e sua forma e, em alguns casos seus padrões, podem ser radicalmente diferentes de suas orações principais. Esses casos são tratados dentro do escopo da subordinação e pertencem à camada da oração, e não à da expressão linguística.

Nesse artigo a análise de tais informações indicará o estatuto formal das construções aqui enfocadas, permitindo identificar se essas são codificadas na camada da oração como constituintes oracionais, expressando subordinação morfossintática, ou se na camada da expressão linguística, constituindo unidades que podem ser usadas independentemente.

## **Corpus e parâmetros de análise**

Como universo de investigação são utilizadas ocorrências reais de uso extraídas do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de *Provença-Aix-Marselha*.

Este artigo restringe-se à investigação das variedades que têm a língua portuguesa como língua oficial, quais sejam: i) Brasil; ii) Portugal; iii) África: São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique; e iv) Timor Leste.

Nesse *corpus* são identificadas as construções sem oração principal, introduzidas por *porque*, analisadas qualitativamente segundo suas propriedades pragmáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas e sua função no discurso.

No NI são investigadas: a *presença de atos interativos*<sup>1</sup> antes e depois da oração independente, já que a ocorrência dessas estruturas pode assinalar início e término de ato discursivo, constituindo fator importante para identificar camadas mais altas; e as *formas de expressão* das construções, quais sejam: i) Movimento; ii) Ato discursivo; e iii) Conteúdo comunicado, no intuito de constatar se as orações que ocorrem como independentes se expressam por movimentos.

No NR é identificada a noção de *factualidade*, que implica que uma oração factual descreve: i) Propriedades ou relações como aplicáveis; ii) Estado de coisas como reais; iii) Conteúdo proposicional como verdadeiro; e iv) Ato de fala como assertivo (PÉREZ QUINTERO, 2002, p. 53), enquanto uma oração não factual, por sua vez, descreve entidades em termos opostos. A hipótese é a de que, por constituírem minimamente atos discursivos, as construções sejam factuais.

Nesse nível também se identifica a *identidade dos participantes das orações envolvidas*, já que o grau de integração entre orações pode ser marcado pelo compartilhamento de participantes entre as orações envolvidas. Como se entende que as adverbiais independentes constituem minimamente atos discursivos, esse fator mostra-se pertinente para análise, uma vez que o não compartilhamento pode indicar independência.

Além desses dois fatores, é verificada a *forma de expressão* das construções no NR, considerando-se as seguintes camadas: i) Conteúdo proposicional; ii) Episódio; iii) Estado de coisas; e iv) Conceito situacional.

No NM é investigada a *independência verbal*, em que as formas verbais consideradas como independentes (finitas) expressam pessoa, número, tempo e modo, enquanto as dependentes (não finitas) se caracterizam pela ausência dessas noções. Espera-se que os verbos finitos ocorram como predicados de orações independentes (PÉREZ QUINTERO, 2002). Também se investiga a *manifestação do participante principal do evento*: caso seja expresso, verificar-se-á a forma de manifestação, lexical ou pronominal; e a *forma de expressão* da construção, considerando-se a camada da expressão linguística, que pode conter: i) Equiordenação; ii) Cossubordinação; ou iii) Coordenação.

No NF é identificada a presença de *quebra entonacional*, em que um ato discursivo caracteriza-se por ter sua própria ilocução e seu próprio contorno entonacional, o que o separa da oração anterior e posterior, principalmente por pausa (inicial/final). Busca-se, assim, verificar o estatuto de independência prosódica das construções aqui tratadas.

Com a análise das ocorrências do *corpus* lusófono, mediante os critérios acima dispostos, pretende-se propor a categorização desse tipo de construção, até agora referenciada por uma série de termos pouco especificadores de suas funções, dentre os quais: *orações adverbiais independentes*; ou *orações adverbiais não subordinadas*; ou *desgarradas*;

---

<sup>1</sup> Segundo a GDF, atos interativos são elementos que quebram a adjacência entre segmentos textuais.

ou *orações adverbiais sem matriz*; ou ainda *orações adverbiais sem núcleo*, e que quase nada dizem sobre o lugar que essas estruturas ocupam no domínio da linguagem.

### **Mapeando propriedades: indícios de subordinação discursiva**

A análise das ocorrências do *corpus*, mediante os parâmetros selecionados para sua descrição, permite constatar que o papel que as construções investigadas assumem no discurso depende das intenções do falante ao marcar algum tipo de informação específica, função essa atribuída a movimentos, determinados no nível interpessoal da teoria.

Essas construções levam em conta porções textuais maiores, ou seja, constituem camada mais altas no NI, impulsionando o discurso para frente e contribuindo para a relação interpessoal, o que as identifica como movimentos, já que são constituídas por um ou mais atos discursivos, como se pode verificar no exemplo (3), da variedade de Cabo Verde:

(03) L1 → Sim, por exemplo, há até, há alguns, por exemplo, há algumas espécies raras, dizem que, que, que s[...], que devem ser apanhadas logo ao, ao sair do casulo. Porque senão perdem, eh, quebram as asas e então, eh, perdem qualidade, então, como no caso, por exemplo, dos que... colecionam o animal vivo, então esse animal tem que ser apanhado logo... ao sair da, do casulo.

L2 – Sim.

L1 → Para ficar completo.

L2 – Porque esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias, não é?

L1 → Exactamente, sim. Mas é, hoje, por exemplo, eh, com a Ciência avançada, como o senhor sabe e, o animal pode ser filmado, e então é, é t[...], é toda essa maneira depois de reprodu[...], tentar reproduzir o animal. (CV95: colecionismo, grifos nossos)

Esse exemplo mostra que o uso da construção “porque esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias” representa uma reação de L2 ao que foi dito por L1 e, por conseguinte, o ato interativo “não é” marca o final desse movimento instigando, inclusive, a reação do interlocutor, o que comprova seu estatuto de movimento.

Além disso, esse exemplo mostra dois atos discursivos compondo a construção iniciada por *porque*, um subsidiário de orientação, representado por “esses selos” e um nuclear: “eles baseiam-se em fotografias”, interrompidos por uma estrutura com função pragmática foco: “para serem feitos”, argumento claríssimo para afirmar que a estrutura sublinhada se trata, de fato, de um movimento.

Ademais, enquanto movimentos, essas construções iniciadas por *porque* apresentam um papel específico no avanço do discurso, introduzindo uma nova cadeia temática sobre a qual se passa a falar a partir da introdução do *porque*. No exemplo (3) identificamos que, antes da introdução do movimento iniciado por *porque*, falava-se sobre “coleção de animais vivos” e, a partir do *porque*, instaurou-se um novo assunto, “coleção de selos”. Esse tipo de mudança de assunto não se observa nos casos em que a estrutura iniciada pela conjunção *porque* representa um ato discursivo. O exemplo (4) reforça esse

argumento, mostrando que quando não há introdução de novo assunto por segmentos iniciados por *porque* se identifica a função retórica motivação, entre atos discursivos:

- (04) O vento batendo, as janelas batendo, aquela coisa toda, aí nós ficamos meio assim, “vamos esperar passar a chuva, não sei mais o quê”. “está bom”. Aí sentamos no chão, ficamos contando história para as crianças, brincando. De repente, nós escutamos um barulho, mas uma coisa assim, nós nos olhamos, nos entreolhamos e fo[...], “alguém tem que saber o que é que está havendo, não é, porque o barulho não é normal”. Aí fomos ver, as três juntas de mão dadas, pálidas, brancas. (BRA80: fazenda, grifos nossos)

Esse exemplo demonstra que o ato discursivo sublinhado, com a função retórica motivação, continua a lidar com o assunto introduzido previamente no discurso, que é o “barulho”. Em outras palavras, atos discursivos não introduzem novos temas ao discurso como movimentos o fazem. Esse é um importante argumento para contrastar ambos os usos pragmáticos do *porque*: enquanto função retórica motivação, entre dois atos discursivos, e enquanto função de assinalar mudança de assunto, entre dois movimentos.

Esses movimentos representam uma função específica no NI, que não a função pragmática ou a função retórica. Essas construções indicam na materialidade do texto o tipo de avanço que proporcionam no desenvolvimento da interação: a transição de assuntos, ou seja, a fronteira entre segmentos tópicos (JUBRAN, 2006).

Em razão desse funcionamento, propõe-se que essas construções apresentam “função interacional”<sup>2</sup> de organizar o discurso, materializando na interação marcas discursivas que atuam no âmbito da organização das informações que compõem o conteúdo.

Como se observa, para compreender o funcionamento dessas construções, é necessário um olhar mais amplo para o contexto em que as ocorrências emergem, ou seja, é preciso expandir a análise do plano da relação entre orações para o plano da relação entre movimentos.

Essas estruturas propiciam a ocorrência de atos interativos antes e depois da construção independente, assinalando não apenas o início e término de um ato discursivo, mas também início e término de um movimento, como comprova o seguinte exemplo:

- (05) Heloísa, você sentiu assim que tanto em Tiradentes, São João del Rei, todas essas cidades, muita coisa que é realmente histórica e está assim muito abandonada?
- Abandonada? Mas eu acho que tud[...], dá, dá, dá uma sensação. Em Ouro Preto, então, é muito, não é, é muito. Agora, vou te dizer um negócio, mas ao mesmo tempo, eu acho que está havendo uma preocupação maior, não é, no sentido de preservar o que é da gente, não é, porque você vê, aqui perto tem uma cidadezinha, chamada Bananal, que fica perto de Barra Mansa.
- Não conheço. (BRA80: arte urbana, grifos nossos)

---

2 Por funções interacionais compreende-se: i) Aquelas que estão mais voltadas ao plano do conteúdo, materializando na interação marcas discursivas que atuam no âmbito da organização das informações que compõem o conteúdo, como é o caso de *porque*; e ii) Aquelas que estão mais voltadas ao plano da interação, ou seja, ao entrosamento entre os participantes da situação comunicativa, que atuam no monitoramento que o falante faz do discurso, levando em conta as informações pragmáticas do ouvinte (STASSI-SÉ, 2012).

A presença do ato interativo em itálico “não é?” mostra que o segmento sublinhado é uma unidade de informação à parte, constituindo relações entre porções textuais maiores, relações essas que ocorrem no nível pragmático, servindo como estímulo para o interlocutor, caso necessário, reagir à informação apresentada, ou mesmo, tomar o turno, o que evidencia o estatuto de movimento das construções analisadas, que agem no discurso de forma a oferecer novas contribuições para a continuidade da situação comunicativa, orientando as relações interacionais entre falante e ouvinte.

Observa-se, também, pela análise das ocorrências, que todas as construções constituem movimentos compostos de um ou mais atos discursivos que descrevem atos de fala assertivos e, no nível representacional da teoria, conteúdos proposicionais como verdadeiros, sendo, portanto, semanticamente factuais, como se observa em (6), exemplo da variedade de Guiné Bissau:

(06) – Hum.

→ Mais, coiso, sobre aquilo que... pode se [...], pode, pode ser a democracia, não é?

– Hum.

→ Porque eu no, no meu ponto de vista, eu acho que a democracia na Guiné-Bissau não devia ser uma democracia importada. (GB95: democracia, grifos nossos)

Reconhece-se a propriedade de factualidade pelo fato de a construção representar um conteúdo proposicional verdadeiro, propriedade atribuída a construções com maior grau de sentencialidade e, por isso, com maior autonomia semântica e sintática.

Como as construções aqui descritas constituem movimentos no NI, o não compartilhamento de participantes é frequente, o que indica maior autonomia e menor grau de integração entre as construções adjacentes, como demonstrado em (7):

(07) → Não vamos dizer que é o pensamento moçambicano. É um sentimento de desportista. Porque toda a pessoa que vai para o campo espera ganhar. (MOÇ97: sentimento desporto, grifos nossos)

Nesse exemplo, antes da construção encabeçada pelo *porque*, reconhecemos que há referência a “um sentimento desportista” e, logo em seguida, o falante se refere ao termo “toda pessoa”, o que comprova maior autonomia da construção que comporta a conjunção.

Entretanto, nas situações em que há correspondência entre participantes, mesmo assim, ainda sobressai o valor da informação que é reintroduzida, como o exemplo da variedade de Portugal, em (8):

(08) portanto, eles que não venham com essas desculpas. Agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. O dinheiro é lançado fora. E eles só têm vícios e... isso é que está mal. porque m[...], há, há atletas que estão muito bem na vida, e mesmo aqui em Famalicão, aqui não conheço nenhum que esteja mal, que aqui as pessoas conseguiam sempre dar-lhes emprego, tinha, todos bem. Não conheço nenhum que acabasse aqui na miséria. Também as pessoas não deixavam. (PT97: desporto dinheiro, grifos nossos)

Nesse exemplo, mesmo o falante fazendo referência a “eles” e depois retomando “atletas” na construção encabeçada por *porque*, observa-se o valor de autonomia semântica da construção em relação ao que a antecede, o que mostra que o domínio pragmático prevalece sobre o domínio semântico para esse tipo de fenômeno.

Essas construções, embora possam ser identificadas semanticamente como conteúdos proposicionais, não se determinam nesse nível. A propósito disso, cabe ressaltar que a análise semântica das ocorrências não revela descobertas tão produtivas como as encontradas no nível interpessoal, o que reafirma o valor discursivo desse tipo de construção.

Morfossintaticamente, esses segmentos representam uma expressão linguística, mas sem elo de dependência morfossintática com outras construções anteriores ou posteriores. Constituem, assim, unidades que não exibem dependência morfossintática, mas pragmática, em relação a outras expressões linguísticas.

Essas estruturas não são constituintes de uma oração, ou seja, não fazem parte morfossintaticamente de uma oração principal, representando uma oração subordinada adverbial nos padrões sustentados pela GDF no NM. Para comprovar isso, basta atentar para o fato de que não encontramos oração principal imediatamente anterior ou posterior dentro da qual a estrutura em foco possa se estabelecer como parte integrante. A esse propósito, analisemos primeiramente os casos em que construções iniciadas por *porque* constituem casos de subordinação morfossintática, como disposto em (9), (10) e (11):

- (09) Escureceu muito rapidamente *porque estava ameaçando chuva*. (BRA80: fazenda, grifos nossos)
- (10) Já com ela eu aceitei a criança *porque eu gostava dela*. (BRA80: gosto dela, grifos nossos)
- (11) Alguém tem que saber o que é que está havendo, não é, *porque o barulho não é normal*. (BRA80: f: 19: 127, grifos nossos)

Nos casos ilustrados, podemos recuperar orações principais dentro das quais se estabelecem orações subordinadas adverbiais, mesmo que percebamos que as relações estabelecidas nos três exemplos apresentam natureza causal diferente. Hengeveld (1998) demonstra que o domínio do campo semântico “causa” abrange as relações de causa, razão e explicação, que estão no campo da subordinação adverbial, proposição já comprovada por Pezatti (2009) quando da análise da relação de explicação nas variedades lusófonas.

Percebe-se, assim, que no exemplo (9) ocorre a conexão entre dois estados de coisas, um dos quais (o dependente, que é factual) fornece a motivação para a ocorrência do outro (o principal), resultando na relação “causal” propriamente dita.

Já no exemplo (10), a oração subordinada fornece a causa da realização do um estado de coisas expresso na oração principal em termos de um motivo atribuído ao controlador do estado de coisas da oração principal, representando um conteúdo proposicional, resultando na relação de “razão”.

No exemplo (11), por outro lado, a oração subordinada especifica um fato que dá suporte a outro fato representado pelo conteúdo proposicional do ato de fala, ou seja, a oração adverbial apresenta considerações que conduzem o falante a chegar à conclusão

contida na oração principal, podendo ser vista como um ato ilocucionário separado, resultando na relação de “explicação”<sup>3</sup>.

Diferentemente dessas estruturas em (9), (10) e (11), as construções iniciadas por *porque* levadas em conta nesse artigo não pertencem a nenhuma oração principal, como pode ser visto no exemplo (12) – retirado do trecho estendido em (1) –, em que se procura delimitar um segmento imediatamente anterior à construção em foco, seguida pelo segmento iniciado por *porque*:

- (12) Mas sim o da cultura. *Porque* agora já sei... muitas coisas sobre borboletas, que fui obrigado a col[...], comprar livros. (CV95: colecionismo, grifos nossos)

Como se pode observar, a construção em negrito não pode ser explicada apenas pelo recorte oferecido acima, que traz somente o segmento que a antecede, sendo necessário levar em conta uma porção textual maior, o que comprova seu caráter de não subordinação morfossintática e sua identificação como uma estrutura que se encontra na relação entre camadas mais altas do NI, que não a do ato discursivo.

Assim, reconhece-se que, embora todas as ocorrências em (9), (10), (11) e (12) apresentem natureza causal em decorrência da presença do *porque*, expressam diferentes tipos de causalidade e funções diversas, que residem, justamente, nas diferentes camadas dos níveis de análise propostos pela teoria.

Como observado, essas construções representam movimentos de reação ao que foi dito anteriormente, codificados, no nível morfossintático, como expressões linguísticas, compondo uma unidade linguística, não dependendo morfossintaticamente de nenhuma porção textual anterior ou posterior.

A análise mostra ainda que, em sua maioria, as formas verbais são finitas no modo indicativo, o que evidencia a autonomia sintática dessas estruturas. O exemplo (12), acima, atesta o que a análise de dados revela.

Cabe ressaltar que os participantes, quando expressos, apresentam-se em forma lexical, de pronome reto e até mesmo oblíquo, o que mostra que sua forma não é definidora das propriedades desse tipo de construção, já que podem apresentar os participantes de qualquer forma e, ainda assim, manterem seu estatuto morfossintático autônomo. Isso sinaliza que essas questões estão mais ligadas ao domínio textual, relacionadas com a coesão e coerência do discurso, mais uma vez determinadas discursivamente.

Observa-se, assim, que a função *transição*, determinada no nível interpessoal, é codificada morfossintaticamente pela mesma conjunção da subordinação adverbial *porque*. Entretanto, seu uso no NM se dá na camada da expressão linguística e não na camada da oração, como ocorre nos casos em que há relação de constituência entre uma oração adverbial e uma oração principal.

Embora o *porque* seja reconhecido dentro do modelo teórico como uma *conjunção lexical*, ou seja, que participa na expressão do significado, também serve para codificar relações de dependência pragmática, estabelecidas entre movimentos. Nessas situações, a conjunção apresenta um uso discursivo, isto é, que se distancia de seu uso mais prototípico de conjunção subordinativa, em que expressam funções retóricas ou semânticas, entre

3 Para maiores detalhes consulte Sposito (2012).

uma oração subordinada e uma principal. Ao invés disso, representam funções interacionais, estabelecidas por meio de relação de dependência pragmática entre movimentos.

Esse tipo de dependência, orientada discursivamente, é aqui denominada *subordinação discursiva*, conceito aplicado a relações de dependência pragmática, estabelecidas entre movimentos que se relacionam por meio de uma conjunção com uma função interacional no NI, como é o caso do *porque*, que expressa transição de assuntos nos contextos analisados. Como condição para que se caracterize uma construção dentro dessa proposta, é necessário que a relação seja determinada no NI, que aconteça entre movimentos e que, em função disso, não apresente construções com dependência morfossintática ou semântica em relação a segmentos adjacentes.

Outra característica importante observada nesses tipos de estrutura é a independência fonológica entre os segmentos envolvidos, que revela seu estatuto de autonomia prosódica.

Os segmentos analisados relacionam-se a um enunciado, maior unidade de análise no NF, ao passo que atos discursivos relacionam-se ao sintagma entonacional, que constitui uma unidade menor que o enunciado.

Trabalhos como o de Novaes (2013) comprovam a existência de diferença prosódica entre segmentos conclusivos que representam atos discursivos e segmentos conclusivos que representam movimentos, evidenciando a maior independência prosódica do movimento.

O enunciado é relacionado topicalmente e caracterizado fonologicamente por apresentar tom relativamente alto na primeira sílaba proeminente e tom baixo na sílaba tônica final, comumente seguido por uma pausa significativa.

Observa-se, assim, que as construções apresentam quebra entonacional com pausa longa em todas as ocorrências, pausa essa identificadora de enunciados, o que pode ser verificado tanto pela transcrição dos inquéritos, quanto pela audição das ocorrências analisadas. Além de pausa, tanto a tessitura quanto a velocidade da construção envolvida apresentam alteração. Isso traz fortes evidências da autonomia prosódica dessas construções, o que pode ser observado na ocorrência abaixo, da variedade portuguesa, em que se destacam na transcrição os sinais indicadores de pausa:

(13) – Acha que o homem facilmente pode entrar nas tarefas que eram, normalmente, d[...], especialidade da mulher?

→ Tem que se ir habituando aos poucos. Porque há homens que quando querem fazem as mesmas coisas que uma mulher, em casa. Quando eles não querem é que já é pior. Mas acho que sim. Acho que aos poucos conseguem. E mesmo, não digo, por exemplo, uma mulher pode cozinhar, não é, mas há outras coisas para além de cozinhar que se podem fazer em casa. E acho que é principalmente isso. (PT96: marido ideal, grifos nossos)

Nesse exemplo, a evidência de pausa é feita na transcrição com a utilização do ponto final (.). Isso identifica a autonomia prosódica desse trecho, comprovando seu estatuto de movimento. Dessa forma, podemos relacionar os movimentos, pragmaticamente identificados, a enunciados, fonologicamente identificados, em que as pausas são ainda

mais longas do que as que marcam início e fim de sintagmas entonacionais e não podem ser confundidas com pausas hesitativas.

Essa evidência prosódica corrobora a proposta que situa a relação entre movimentos iniciados por *porque* e movimentos adjacentes como casos em que há dependência motivada pragmaticamente.

Nesse sentido, a maior contribuição desse artigo parece ser a demonstração de que movimentos dependentes pragmaticamente uns dos outros, identificados pela presença de funções interacionais, são casos de subordinação sim, porém, em outro nível, o discursivo, e devem ser tratados na teoria da GDF no NI.

## Conclusões

Em virtude das informações levantadas, conclui-se que as construções aqui investigadas, embora possam ser categorizadas como conteúdos proposicionais no NR, como expressões linguísticas no NM, e como enunciados no NF, são determinadas pragmaticamente no NI, representando movimentos, destacados prosodicamente e utilizados com função interacional *transição*, que confere *organização ao discurso*.

A função interacional é, assim, codificada no NM pela mesma conjunção que opera na subordinação adverbial, mas utilizada pelos falantes, nesses casos, com a finalidade de indicar, interacionalmente, mudança de assuntos, função que se concentra no tratamento do conteúdo temático, organizando as informações novas que impulsionam o discurso.

A partir dessa constatação, propõe-se a implementação do modelo teórico da GDF, que passaria a levar em conta, no NI, além de funções pragmáticas, atribuídas a subatos, e de funções retóricas, atribuídas a atos discursivos, funções interacionais, atribuídas a movimentos.

Por meio dos resultados aqui discutidos e das consequências teóricas resultantes da análise qualitativa demonstrada, procurou-se explicar e situar essas construções dentro do modelo teórico que ancora essa pesquisa, de modo a apresentar contribuições que ampliam esse modelo na tentativa de atender a fenômenos de orientação discursiva.

## REFERÊNCIAS

BARTH, D. “That’s true, although not really, but still”: expressing concession in spoken English. In: KUHLEN, E. C.; KORTMANN, B. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives*. New York: Mouton de Gruyter, 2000. p. 411-437.

CREVELS, M. *Concession: a typological study*. 2000. Dissertation (Master’s Degree) – University of Amsterdam, Amsterdam, Netherlands, 2000.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *Scripta*, Belo Horizonte, MG, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1999.

GARCIA, O. *Comunicação em prosa moderna*. 10. ed. São Paulo: FGV, 1982.

GARCIA, S. T. *As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da gramática discursivo-funcional*. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos, área de concentração Análise Linguística) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, SP, 2010.

GÓIS, C. *Método de análise (léxica e lógica) ou sintaxe das relações*. 20. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. “Subordination” in universal grammar. In: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 10., 1984, Berkeley, California, US. *Annals...* Berkeley, California, US: Berkeley Linguistics Society, 1984. p. 510-523.

HENGEVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: AUWERA, J. V. D. (Ed.). *Adverbial constructions in the languages of Europe* (empirical approaches to language typology/eurotyp 20-3). Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford, England: Oxford University Press, 2008.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. *Gramática do português culto falado no Brasil*. v. 1. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

NOVAES, N. B. A relação conclusiva nas variedades lusófonas: a variedade europeia. *Anais do SILEL*, v. 3, n. 1. Uberlândia: Edufu, 2013.

PÉREZ QUINTERO, M. J. P. Adverbial subordination in english: a functional approach. In: *Language and computers: studies in practical linguistics*, n. 41. Amsterdam and New York: Rodopi, 2002.

PEZATTI, E. G. A relação adverbial explicativa nas variedades do português. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA (SIMELP), 2., 2009.

SPOSITO, C. C. *Construções adverbiais de causa, razão, explicação e motivação na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos, área de concentração Análise Linguística) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, SP, 2012.

STASSI-SÉ, J. *Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional*. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, SP, 2012.

THOMPSON, S. A. Subordination in formal and informal discourse. In: SCHIFFRIN, D. (Ed.). *Meaning, form, and use in context: linguistic applications*. Washington, US: Georgetown University Press, 1984.